



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

A educação para a cidadania “visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos”. Esta é a descrição que pode ser consultada no site da Direção Geral de Educação e com a qual o CDS-PP está de acordo.

Pressupomos todos, e confiamos, que a Escola irá contribuir para preparar os nossos filhos, os nossos jovens, para serem estes adultos responsáveis, solitários e com espírito democrático, que por ser também pluralista deve garantir a que tenham conhecimento e valorizem o seu território. Por isso mesmo, um dos temas muito atuais e fundamentais a abordar é a sustentabilidade ambiental. Foi então desenvolvido um ‘Referencial de Educação ambiental para a Sustentabilidade’ para a educação pré-escolar, o ensino básico e o secundário.

No entanto, após consulta dos referidos referenciais desta disciplina e respetivos conteúdos programáticos, o CDS-PP não pode deixar de manifestar uma séria preocupação com os valores que estão hoje a ser transmitidos às nossas crianças e jovens, que serão os homens e mulheres de amanhã.

Num Portugal em que dois terços do território é rural e em que cada vez mais o interior é despovoado, em que a agricultura e a floresta são a base da ocupação deste território do interior de que tantos falam, mas ao qual tão poucos ligam, os referenciais de Educação Ambiental para a Sustentabilidade parecem ter sido elaborados sem um único contributo do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Com efeito, fica-se com a ideia de que pretendem promover a participação dos alunos em “ações que promovam boas práticas de agricultura sustentável”, mas apenas através da criação de uma horta horizontal ou vertical, dando como exemplos a permacultura, e alertando para as

ameaças à degradação dos solos dando como exemplos a desflorestação, a má utilização de agroquímicos, as práticas agrícolas intensivas e as monoculturas.

Ao invés de promover o conhecimento e a verdadeira valorização do território, com visitas e campos de férias para o contacto real com a natureza e quem dela cuida, para que no futuro estas crianças e jovens sejam adultos verdadeiramente responsáveis e com espírito crítico, este referencial parece pretender “doutrinar” os nossos jovens numa ideologia urbana, num mundo virtual, contrário aos valores da sociedade que o CDS-PP defende e deseja para Portugal.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1- Tem V. Exa. conhecimento do Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade e dos princípios que o norteiam?**

**2- Concorde V. Exa. com o que está explanado no que à agricultura diz respeito?**

**3- O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural foi consultado no sentido de contribuir para estes referenciais programáticos?**

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2019

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)